

PROJETO DE LEI Nº , DE 2020
(Do Sr. Adolfo Viana)

Altera a Lei Nº 8.935, de 18 de Novembro de 1994.

O Congresso Nacional decreta:

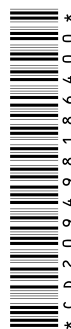
Art 1º: O Art. 12 da Lei 8.935, de 18 de Novembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12. Aos oficiais de registro de imóveis, de títulos e documentos e civis das pessoas jurídicas, civis das pessoas naturais e de interdições e tutelas compete a prática dos atos relacionados na legislação pertinente aos registros públicos, de que são incumbidos, independentemente de prévia distribuição, mas sujeitos os oficiais de registro de imóveis às normas que definirem as circunscrições geográficas.

Parágrafo único – Os oficiais de registro civil das pessoas naturais não se sujeitam à circunscrição geográfica, salvo aquela do Município onde estiver situada a serventia, sendo livre a escolha pelo usuário, qualquer que seja o seu domicílio, desde que dentro dos limites territoriais do Município.”

JUSTIFICAÇÃO

1. A pandemia de COVID-19 trouxe uma série de restrições ao atendimento do serviço dos cartórios no Brasil. O CNJ, a esse respeito, já editou uma série de Provimentos - 91, 93, 94, 95, 97, 98 - como medidas de prevenção ao contágio.
2. Em muitas localidades essa nova realidade agravou um problema já enfrentado pelos usuários do serviço: a concentração dos atos do Registro Civil das Pessoas Naturais na serventia de seu domicílio.
3. O usuário não escolhe, de acordo com a sua vontade, o cartório onde vai registrar o nascimento de seus filhos, o óbito de um parente, ou onde procederá com seu casamento. Ele é obrigado, segundo o Art. 12 da Lei 8.935/1994, a fazê-lo no cartório da circunscrição judiciária onde reside.
4. Ocorre que, muitas vezes, em razão da densidade populacional da sua circunscrição, a concentração dos serviços numa só serventia ocasiona a dificuldade do atendimento pelo respectivo cartório.
5. A atual redação do Art. 12 da Lei 8.935 exige que o usuário do serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais - RCPN (a exemplo de casamento, nascimento e óbito) submeta-se às dificuldades geradas pelo monopólio dessa atividade.
6. Diferentemente do Registro de Imóveis, que é estático, o RCPN trata de atos da vida civil de pessoas naturais, que possuem dinâmica peculiar, sobretudo após a absorção das



atribuições dos Ofícios da Cidadania, conforme alterações da Lei 13.484 de 2017, que incluiu no rol de atribuições dos Cartórios de RCPN a prestação de outros serviços de interesse público.

7. O modelo atual, fundado no princípio da territorialidade, não é capaz de solucionar o problema daqueles usuários que:

1º) buscam atendimento mais célere, noutras serventias menos movimentadas, no mesmo Município, mas em outra circunscrição que não a do seu domicílio;

2) buscam fazer o registro mais próximo da sua residência, pois moram mais próximos de outra serventia de RCPN, que não aquela que a lei, atualmente, exige a realização do registro.

7. O modelo atual implica a centralização do atendimento em unidades extrajudiciais cuja celeridade do atendimento é prejudicada pela concentração dos serviços em serventias situadas em locais com grande densidade populacional. Por conta disso, algumas serventias de mesma atribuição no mesmo Município ficam subaproveitadas, ao passo que há outras que se veem superlotadas.

8. O modelo proposto irá dar prevalência à capilaridade efetiva do sistema e à difusão do atendimento, de acordo com a livre escolha pelo usuário, da serventia que melhor lhe aprouver, ressaltando-se que não haverá prejuízo ao município com relação aos índices políticos e socioeconômicos, já que os registros permanecerão no mesmo ente municipal.

9. Outro ponto positivo trazido pelo novo modelo é a difusão no território do Município do impacto econômico local gerado pelo incremento de serviços às demais serventias de mesma atribuição, com a criação de novos postos de trabalho e de novas oportunidades de negócios conjugados e complementares, a exemplo de correspondentes bancários, fotocópias e outros serviços componentes da referida cadeia econômica.

10. A livre escolha pelo usuário do serviço, além de acompanhar de colocar o cidadão como protagonista do serviço público, contribui com a redução da subnotificação do registro civil, ao facilitar o acesso ao serviço registral.

11. A Pandemia de COVID-19 acentuou a ocorrência de subnotificação, seja de óbitos ocorridos fora dos estabelecimentos hospitalares, assim como dos nascimentos com registro adiado por embaraço no acesso aos cartórios.

12. Ademais, para além dessas dificuldades, deve ser ressaltado que todos os direitos relacionados à cidadania surgem a partir dos atos provenientes do registro civil das pessoas naturais. Por meio dele, o usuário tem acesso aos documentos necessários para obter acesso à saúde, educação, assistência social e programas sociais correlatos.

12. Portanto, a presente iniciativa, além de oportuna, favorece o cidadão, usuário do serviço extrajudicial de Registro Civil das Pessoas Naturais, principalmente, aumentando a capilaridade do sistema, a comodidade, e reduz a subnotificação do registro civil.

13. O modelo atual, concebido numa época em que o Estado era o protagonista das suas relações com o cidadão, concentra a atividade em poucas unidades, em detrimento dos benefícios que o novo modelo certamente poderá trazer, com a possibilidade de livre escolha pelo cidadão.

14. Ante todo o exposto, e tendo-se em vista a urgência da matéria, solicito aos nobres pares o apoio à proposição.

Sala das Sessões, em de de 2020.

Deputado ADOLFO VIANA
PSDB/BA

Documento eletrônico assinado por Adolfo Viana (PSDB/BA), através do ponto SDR_56191, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.

